

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

VOUZELA

ESTUDOS HISTÓRICOS

Pelos Académicos

JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO - JUSTINO MENDES DE ALMEIDA
HENRIQUE PINTO REÇA, O.F.M. - JOSÉ CALVÃO BORGES
ARMANDO LÚCIO VIDAL - JOÃO LUÍS CARDOSO
NESTOR FATIA VITAL - EURÍCO MALAFAIA



LISBOA  MCMXCIX

MONUMENTOS MEGALÍTICOS
DO CONCELHO DE VOUZELA

PELO

Académico Correspondente

JOÃO LUÍS CARDOSO



MONUMENTOS MEGALÍTICOS DO CONCELHO DE VOUZELA

Razões familiares ligam o autor ao concelho de Vouzela: na aldeia de Cercosa, da freguesia de Campia, passa, anualmente, dias de reconfortante descanso, altura em que procura realizar, ao sabor das circunstâncias e pelo mero prazer da “descoberta”, digressões arqueológicas pela região, revisitando velhas pedras de há muito conhecidas mas, quase sempre, esquecidas dos homens.

Tendo a Câmara Municipal de Vouzela solicitado a colaboração da Academia Portuguesa da História para a edição de volume comemorativo, alusivo ao passado histórico do concelho, não poderia o autor deixar de contribuir, cumprindo deste modo uma dívida que tem para com tão bela região e acolhedoras gentes, satisfazendo ao mesmo tempo um dever académico, que é o de participar nas actividades da Academia, na medida das suas possibilidades e área de interesses, centrados na Arqueologia.

No que a este campo científico se refere, avultam, no concelho de Vouzela, os monumentos megalíticos. Justificado,

pois, o tema deste estudo, importa referir que poucas novidades trará aos especialistas no estudo do fenómeno megalítico do Norte de Portugal, centrado como está na análise e discussão da bibliografia disponível. O seu principal interesse será, sobretudo, outro: o de proporcionar aos estudiosos ou meros interessados na História Local e, muito especialmente, aos vouzelenses, informação sistematizada e actualizada baseada em bibliografia quase sempre de difícil acesso, que permita compreender a existência das manifestações megalíticas reconhecidas, do ponto de vista económico, cronológico e cultural, no âmbito das sucessivas comunidades que as construíram e ali sepultaram os seus mortos.

Se este desprezioso estudo contribuir para o aumento do interesse pela preservação e valorização cultural da mais expressiva manifestação do passado pré-histórico da região – o fenómeno megalítico – já ficaria plenamente justificada a sua existência. Como alguém disse, “a melhor forma de preservar o Património é estudá-lo”: que esta contribuição possa despertar tal iniciativa, por parte das entidades locais, a quem cumpre, em primeira instância, a valorização e conhecimento dos testemunhos de um passado comum, que a todos cada vez mais interessa.

O âmbito deste trabalho foi deliberadamente centrado nas manifestações funerárias do fenómeno megalítico, conhecidas na região por diversos topónimos populares, como “Orca”, “Casa da Orca”, “Arca”, “Pedra de Arca”, “Mamôa”, etc. Não serão, deste modo, estudados em pormenor dois bem conhecidos monumentos megalíticos não funerários, assinalados no concelho de Vouzela: o menir de Fataunços ou de Pedras Altas e o menir do Bicão dos Conqueiros ou de Covas, ambos sobejamente referidos na bibliografia (GIRÃO, 1921, p.

52, 53; SANTOS, 1972, p. 58; JORGE, 1977, p. 112; ZBYSZEWSKI *et al.*, 1977, p. 69; VICENTE & MARTINS, 1979, p. 111; LEISNER, 1998, p. 29), sem recusar, contudo, o eventual interesse de estudos de pormenor que neles ainda venham a realizar-se.

Vale a pena reler a descrição que sobre tais monumentos apresentou o seu descobridor (GIRÃO, 1921, p. 52, 53). Relativamente ao do Bicão dos Conqueiros, diz: “É um grande poste monolítico com mais de 10 m. de altura, espetado no solo sem ligação com a rocha viva, e tendo quatro faces voltada a SE. grosseiramente talhadas em dupla pirâmide. Termina por isso numa espécie de bico, circunstância que dá o nome ao local, dizendo a tradição que “foi ali colocado por uma moura que do monte crasto o trouxe à cabeça, fiando numa roca”. Há indícios de ter sido escavado em volta para se lhe descobrir a base, e, como esta não aparecesse, acrescenta o vulgo que o marco penetra na terra até uma profundidade igual à altura que apresenta exteriormente (...)”. Quanto ao menir de Fataunços, o referido autor descreve-o nos seguintes termos: “Na base do monte Castelo, junto da povoação de Fataunços (Vouzela), no sítio denominado *Pedras Altas*, fica, como esta designação permite supor, um novo *menhir* que, sendo de menores dimensões, não deixa entretanto de apresentar certo interesse (...). É um marco monolítico de forma piramidal, tendo uma das faces coberta de *fossettes* de diferentes tamanhos (...)”.

Os dois menires vouzelenses identificados por A. de Amorim Girão têm, cada um a seu modo, aspectos de particular interesse. Com efeito, é excepcional o tamanho indicado para o primeiro: aos dez metros acima do solo que mede, deverá ainda acrescentar-se o comprimento da parte enterrada, que se desconhece. O único menir cujo comprimento se aproxima

deste, reconhecido indubitavelmente como tal, situa-se no concelho de Castelo de Vide: trata-se do menir fálico da Meada o qual, porém, apenas atingiria cerca de 6 m acima do terreno (BARATA, 1965). Haverá, deste modo, justificação para proceder no local a reconhecimento mais rigoroso, de modo a confirmar o carácter intencional da erecção do monólito. Relativamente ao segundo, com cerca de 2 m de altura acima do solo (SANTOS, 1972, p. 58), o seu principal interesse reside na grande quantidade de “fossettes” que ostenta, bem visíveis na reprodução fotográfica publicada (GIRÃO, 1921, Fig. 11); porém, a existência de fenómenos de erosão natural superficiais, correspondentes a depressões escavadas e de contorno irregular, visíveis na reprodução fotográfica, frequentes em rochas graníticas, como a do menir em apreço, justifica apreciação mais cuidada, por parte de especialista em alteração e alterabilidade de rochas. Seja como for, é nítida a presença de “fossettes” intencionais, aliás frequentes em monumentos similares, para além da sua ocorrência em penedos naturais e painéis rochosos, de Norte a Sul do País.

Ainda não foi possível atribuir a tais insculpturas, em calote vazada, na maioria dos casos com diâmetros que não excedem os 5 cm, feitas por picotagem ou abrasão, significado específico, no universo mágico-simbólico que caracterizava e condicionava o quotidiano das comunidades pré-históricas que ocuparam a região, entre a segunda metade do IV milénio a. C. e o final do milénio seguinte.

No que respeita à dispersão dos menires em território português, embora a carta produzida por VICENTE & MARTINS (1979) se encontre localmente desactualizada, ela ainda é útil para uma apreciação geral das características de tal distribuição. Verifica-se que os dois menires em causa se

implantam em região escassa em tal tipo de monumentos, contrastando com a abundância observada na região de Évora/Reguengos de Monsaraz, bem como no Algarve Ocidental.

Em compensação, é mais interessante a informação fornecida pelos monumentos dolménicos da área do concelho de Vouzela até ao presente reconhecidos, desde o trabalho de reconhecimento pioneiro de A. de Amorim Girão (Fig. 1) e muito mais rica poderia ser se os trabalhos pioneiros de A. de Amorim Girão, e, depois, de G. e V. Leisner, tivessem tido continuidade, que não se verificou.

Inventário dos monumentos

Até ao presente, há referências a vinte e oito monumentos funerários megalíticos na área do concelho de Vouzela, cuja distribuição se apresenta na Fig. 2 (LEISNER, 1998, p. 26-29, Karte I – 14), dos quais foram referenciados cartograficamente dezoito.

Embora tal inventário, como antes se referiu, possa ser melhorado com o relançamento de novas prospecções no terreno, as características dominantes dos monumentos parecem estar já suficientemente conhecidas, atendendo ao número já significativo de casos identificados. Os monumentos evidenciam uma distribuição não aleatória: ao contrário, é evidente a aglutinação de dois a quatro monumentos de cada vez, constituindo verdadeiros núcleos, embora também ocorram monumentos isolados. As características da sua distribuição no terreno, no respeitante a condicionantes de ordem geomorfológica ou natural, será adiante discutida.

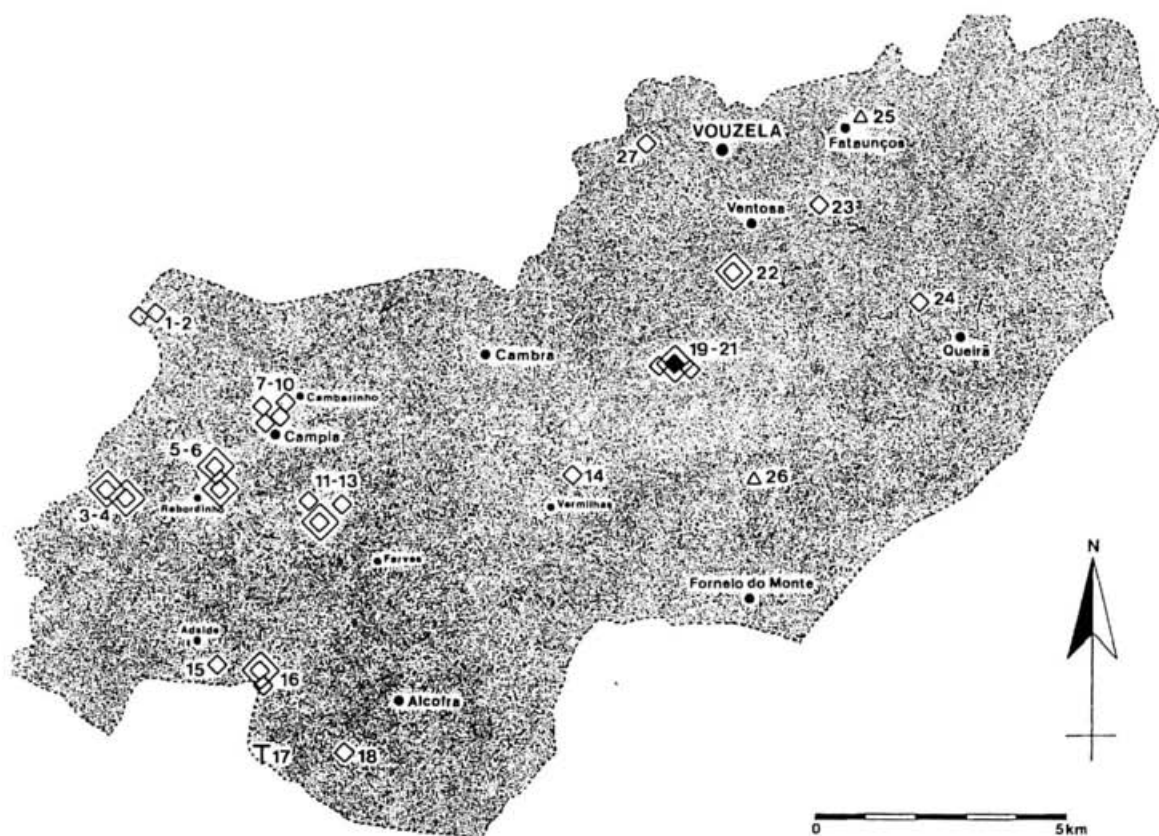


Fig. 1 – Monumentos megalíticos do concelho de Vouzela referidos neste trabalho. 1 – menires; 2- mamoas reveladas apenas pelo topónimo; 3 – mamoas (com ou sem dólmen) de que se conhece a localização; 4 – mamoas (com ou sem dólmen) de que se conhece a localização e elementos topográficos; 5 – mamoas (com ou sem dólmen) de que se conhece a localização, elementos topográficos e espólio arqueológico (seg. LEISNER, 1998, Karte I – 14, modificada).

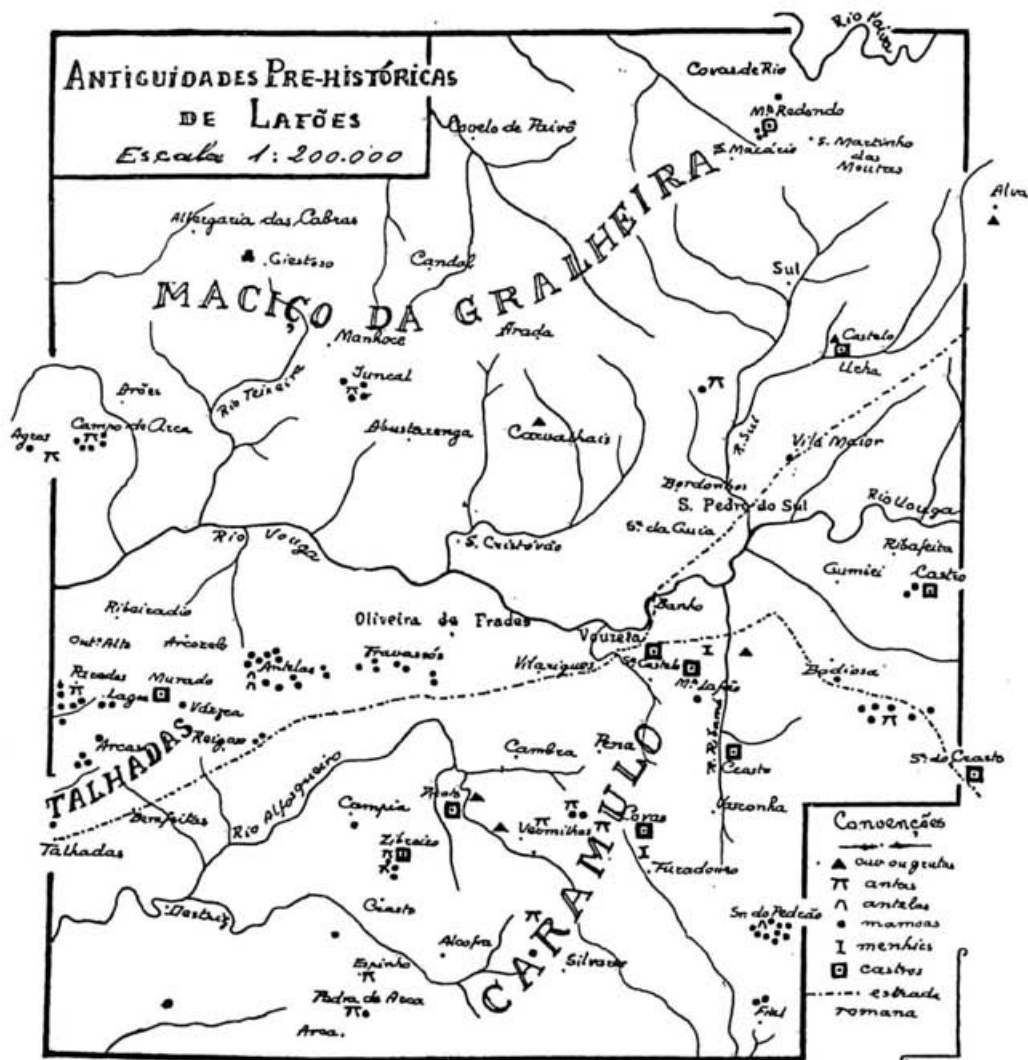


Fig. 2 – Carta arqueológica da região de Lafões, com localização dos monumentos e sítios conhecidos em 1921 (seg. GIRÃO, 1921).

Inventário

1 e 2 – Monumentos 1 e 2 da Seixa. Trata-se de monumentos de que se conhece apenas a localização, a poente da estrada de Cercosa a Sobreiro, no limite da área concelhia (GIRÃO, 1921, p. 25, 37). Ambos violados, as suas pedras teriam sido utilizadas, segundo o autor citado, para a construção da via romana que passa próximo. Também MOITA (1966, p. 227) os refere, atribuindo-os à freguesia de Reigoso, já do vizinho concelho de Oliveira de Frades.

3 e 4 – Monumentos 1 e 2 de Rebordinho. São duas mamoas situadas perto de afluente do rio Alfusqueiro. O seu perfil transversal foi registado, evidenciando-se em ambas depressão central que indicia violação (LEISNER, 1998, Tf. 10). A estrutura interna, a existir, não se observou; para a confirmar, será necessário proceder a escavação arqueológica, ainda não efectuada.

5 e 6 – Monumentos 1 e 2 de Campia. Tal como os anteriores, trata-se de duas mamoas apenas reconhecidas pelo respectivo perfil (LEISNER, 1998, Tf. 10); ambos os montículos evidenciam depressão central, indício certo de que houve violação. O monumento 2 possui câmara de planta sub-circular, da qual restam dois esteios, assinalados em esboço (LEISNER, 1998, Tf. 10). Situados perto da estrada de Campia a Rebordinho, tais monumentos, segundo LEISNER (1998, p. 27) teriam sido assinalados por GIRÃO (1921, p. 45), mas tal conclusão não se afigura certa. Constam igualmente do inventário de MOITA (1966, p. 219).

7 a 10 – Monumentos 3 a 6 de Campia. Trata-se de quatro mamoadas cuja localização precisa não é indicada. CASTRO, FERREIRA & VIANA (1957, p. 475), referem-se a estes monumentos do seguinte modo: “na estrada de Oliveira de Frades ao Caramulo (...), existe um ramal que liga à igreja da Freguesia de Campia, a um quilómetro, aproximadamente, da bifurcação.

Antes de chegarmos à igreja, nuns lameiros do lado esquerdo, vêem-se duas mamoadas, uma de cada lado da estrada, e em outros pontos mais dois monumentos”. Tratar-se-ia, pois, de quatro monumentos, também inventariados por MOITA (1966, p. 220).

11 a 13 – Monumentos do Marco da Mata da Mula – Zibreiro. Trata-se de três estruturas funerárias assim descritas por GIRÃO (1921, p. 45): “Se agora tomarmos pelo caminho que por Cabo de Vila e pelo Crasto nos conduz a Campia, encontraremos, a pouca distância desta povoação, uma mamoadas violada, sem quaisquer vestígios de importância; mas, numa planura conhecida entre o povo pelo nome de *Mata*, situada entre Campia e Farbes de Alcofra, no sopé do cabeço denominado *Zibreiro* (625 m.), ficam outras mamoadas dignas de especial menção, por apresentarem ainda, algumas delas, restos apreciáveis de monumentos megalíticos”.

São três os monumentos referidos ao topónimo Marco da Mata por LEISNER (1998, p. 27) e MOITA (1966, p. 220), cuja localização é conhecida. De todos eles se conhece o perfil da respectiva mamoadas, mas apenas em um é visível a estrutura megalítica, parcialmente enterrada, da qual então afluíam três esteios, fincados no solo .

Ao topónimo *Zibreiro* atribuiu LEISNER (1998, p. 27) duas antas, de localização incerta, também referidas por MOITA (1966, p. 219).

No conjunto estes cinco monumentos corresponderão, pois, aos assinalados por A. de Amorim Girão, que também menciona cinco ocorrências (GIRÃO, 1921, p. 46). Por outro lado, as depressões centrais observadas em duas das mamoaas do Marco da Mata (LEISNER, 1998, Tf. 10), relacionam-se com antigas violações, também assinaladas por GIRÃO (1921, p. 46): pelo menos uma delas poderá relacionar-se com a extracção dos esteios do respectivo dólmen, ainda enterrado na mamoa, para aproveitamento como material de construção, como é frequente em todo o País onde existem monumentos deste tipo.

14 – Anta da Malhada do Tojal Grande. Este monumento é brevemente referido por GIRÃO (1921, p. 47) nos seguintes termos: “Devemos ainda acrescentar uma anta de que restam ainda três grandes lajes na *Malhada do Tojal Grande*, limites de Santa Comba, e uma mamoa já quási apagada, na zona planáltica a poente de Silves”. A localização no terreno deste monumento, também referido por MOITA (1966, p. 220), é dada por LEISNER (1998).

15 – Mamoa de Adecede. Monumento referido de forma breve por GIRÃO (1921, p. 45), situado a sul da referida povoação, perto da estrada que dela conduz a Vales, na extrema meridional do concelho (LEISNER, 1998, Karte I – 14). MOITA (1966, p. 217) limita-se a assinalá-lo, sem fornecer pormenores.

16 – Mamoa de Espinho. Monumento referido por MOITA (1966, p. 217) nos seguintes termos: “Mamoa de grandes

dimensões que deve encerrar importante dólmen”. LEISNER (1998, p. 27) situa-a perto de outro monumento, citado por GIRÃO (1921, p. 45) e por MOITA (1966, p. 217), designado por Anta de Espinho ou Espinho de Alcofra, dando-o como totalmente destruído.

17 – Pedra de Arca. Monumento sugerido apenas pelo respectivo topónimo, que não deve ser confundido com imponente monumento com idêntica designação, perto da igreja do Espírito Santo de Arca, da povoação de Arca, do vizinho concelho de Oliveira de Frades.

18 – Meã. Monumento situado nas imediações da povoação epónima, do qual tudo se desconhece, a não ser a localização (LEISNER, 1998, Karte I – 14).

19 a 21 – Malhada de Cambarinho. Topónimo extensivo a conjunto constituído por três monumentos, sem dúvida o mais importante identificado no concelho; são eles:

19 – Casa da Orca da Malhada de Cambarinho (Fig. 3 e 4). Imponente estrutura dolménica descrita por GIRÃO (1921, p. 48) nos seguintes termos: “... é um característico monumento megalítico com mamoa já um tanto apagada, de 5 m de raio aproximadamente, assentando sôbre uma vasta explanada quási desprovida de vegetação. A galaria, formada por seis lages de granito de cada lado, duas das quais sustentam a tampa ou *chapéu*, mede 0,80 m. à entrada e 1,10 m. na sua maior largura, correspondente ao centro da mamoa (...). Os dois esteios terminais da galeria, que certamente a fechavam pelo lado poente, foram revolvidos, encontrando-se um dêles quási caído sôbre o solo (...)”.



Fig. 3 – Casa da Orca da Malhada de Cambarinho. Desenho artístico da galeria, feito à pena (seg. GIRÃO, 1921, Fig. 7).

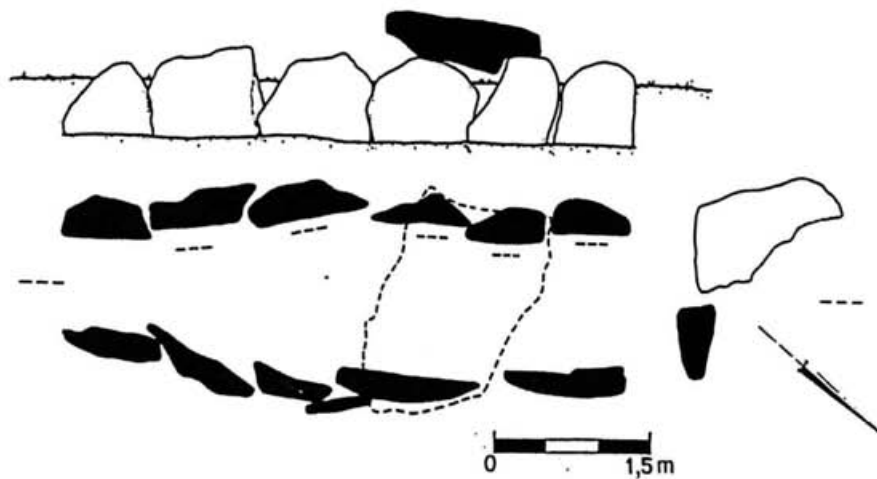


Fig. 4 – Casa da Orca da Malhada de Cambarinho. Planta do corredor do monumento dolmênico, a única parte que dele se conservou (seg. LEISNER, 1998, Tf. 10, modificada).

Segundo a descrição, que é acompanhada de planta do monumento, estaríamos perante uma galeria coberta, classificação adoptada por MOITA (1966, p. 218) e por LEISNER (1998, p. 28). Esta última autora apresenta planta semelhante à anteriormente publicada (GIRÃO, 1921), evidenciando-se melhor a ligeira imbricação de alguns dos esteios laterais (op.cit., Tf. 10). Também V. Oliveira Jorge não se afasta desta interpretação, ao considerar o monumento como uma “câmara alongada” (JORGE, 1982, p. 370).

Recente reapreciação deste monumento, conduziu à conclusão de que a parte conservada correspondia apenas ao corredor de um grande dólmen cuja câmara, hoje totalmente desaparecida, se encontra porém marcada por depressão ainda hoje visível no terreno (CARVALHO, GOMES & COIMBRA, 1993). Assim se explicaria a singularidade da planta da parte conservada: caso fosse atribuída à totalidade do monumento, seria caso único no contexto das arquitecturas funerárias megalíticas do norte de Portugal. É provável que a falta dos esteios da câmara se deva a aproveitamento para material de construção, à semelhança de outros casos já referidos. Os autores a quem se deve a recente reapreciação do monumento, além de corrigirem a orientação indicada anteriormente, referindo-a para ESE, acrescentam que a mamoa se apresenta bem conservada, com cerca de 1 m de altura, possuindo o corredor 5,5 m, com os esteios, graníticos e intactos, ainda nas suas primitivas posições, cuja altura máxima é de 1,40 m. O único esteio pertencente à câmara encontra-se deslocado e inclinado para o interior desta. Enfim, a lage de cobertura do corredor ainda conservada sobre os esteios laterais respectivos, exhibe três “fossettes”, além de outros motivos mais recentes, como uma cruz e a data de 1917 (op. cit., p. 100). É interessante

a menção a “fossettes”: tratando-se de lage que estaria primitivamente enterrada, a ocorrência destas insculturas compreende-se ali com dificuldade, pois não estariam visíveis, nem sequer em superfície acessível aos frequentadores do monumento, no decurso da sua utilização funerária, o qual então se encontrava coberto pela mamoa. É, pois, provável que se trate de elemento construtivo reaproveitado, à semelhança da conclusão apresentada por GONÇALVES (1992, Fot. 8 e 9) face à existência de dois esteios do corredor do dólmen 2 do Olival da Pega, com “fossettes” idênticas.

As escavações realizadas por A. de Amorim Girão neste dólmen proporcionaram a recolha de alguns artefactos, os quais foram completados por outros, obtidos ulteriormente e representados por LEISNER (1998, Tf. 10). Trata-se de fragmento de cristal de quartzo, cuja ocorrência é frequente em monumentos similares, detendo evidente significado mágico-simbólico; três pontas de seta de base, respectivamente, triangular; com espigão; e bicôncava, correspondendo a tipos comuns em monumentos megalíticos da Beira Interior e Litoral; de um trapézio; e de três lâminas ou lamelas, das quais apenas a maior, intensamente retocada, se mostra intacta, com a extremidade afeiçoada em raspadeira. Este conjunto, reproduzido na Fig. 5, afigura-se coerente, sendo compatível embora também ocorram monumentos isolados. As características da sua distribuição no terreno, no respeitante a condicionantes de ordem geomorfológica ou natural, será adiante discutida.

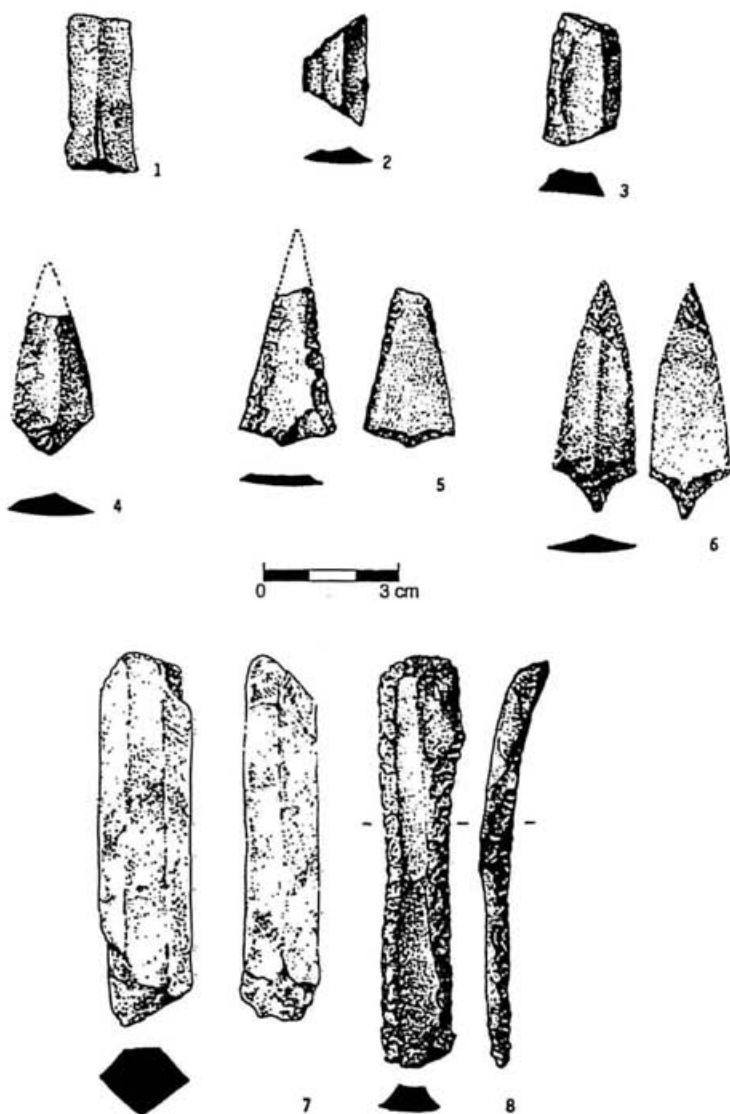


Fig. 7 – Casa da Orca da Malhada de Cambarinho. Materiais líticos exumados: 1, 3 e 8 – lâminas e lamelas retocadas ou não, possuindo a última frente de raspadeira; 2 – trapézio; 4 a 6 – pontas de seta; 7 – cristal de quartzo (seg. LEISNER, 1998, Tf. 10, modificado).

20 e 21 – Malhada de Cambarinho 2 e 3. São duas mamoadas situadas nas imediações do monumento anterior, sumariamente referidas por GIRÃO (1921, p. 49), MOITA (1966, p. 219) e LEISNER (1988, p. 28). De facto, apenas o trabalho de CARVALHO, GOMES & COIMBRA (1996) fornece mais detalhes. O monumento 2, situado a cerca de 200 m do anterior, corresponde a uma mamoadas subcircular com cerca de 14 m de diâmetro e 1,5 m de altura máxima; no seu interior, conserva-se um dólmen em mau estado, do qual apenas se observam dois esteios da câmara e outros dois do corredor, que sugerem orientação para ESE, próxima da do monumento anterior. Quanto ao monumento 3, que dista 125 m do que se acabou de referir, é uma mamoadas de planta subcircular com 12 m de diâmetro e cerca de 1 m de altura, da qual apenas emerge um esteio da estrutura dolménica, a qual poderá conservar-se ainda, em boa parte, enterrada: só futuras escavações conduzirão a conclusões a tal respeito.

A implantação destes três monumentos funerários aproveitou pequenas elevações naturais pré-existentes na plataforma da Malhada do Cambarinho. Trata-se, pela pequena distância que separa os três dólmenes, de uma verdadeira necrópole megalítica.

Apesar de o monumento mais conhecido e importante ter sido, há muito, violado – A. de Amorim Girão refere mesmo o achado de um fecho de espingarda de pederneira no decurso da exploração expedita ali realizada (GIRÃO, 1921, p. 49) – já o mesmo poderá não se ter verificado com os dois outros, pelo que se considera importante a realização de futuras escavações em ambos.

22 – Anta do Ventoso ou Cova da Moura (Fig. 5 e 6). Trata-se de dólmen ainda muito enterrado na respectiva mamoa; a laje de cobertura aflora ao nível do solo e o interior da câmara, totalmente esvaziada, explica a designação de “Cova da Moura”, por que é conhecido. Trata-se, pois, de dólmen bem conservado, cuja implantação no terreno se afigura idêntica à dos monumentos anteriores, aproveitando plataforma dos contrafortes da serra do Caramulo. GIRÃO (1921, p. 47) descreve-o do modo seguinte: “Este monumento é composto de oito esteios monolíticos de cêrca de 3 m. de altura: dois dêles acham-se caídos sobre o solo, e apenas os seis restantes sustentam a pesada laje de cobertura, que mede 2,30 m. de comprimento por 1,70 m. de largura. Estes últimos repousam inclinados uns contra os outros por forma que se sustentam, constituindo uma espécie de poço troncocônico, com base de 2 m. de diâmetro aproximadamente. A escavação a que procedemos revelou a ausência de galeria, que sem dúvida foi destruída, como denota o aparecimento de grandes pedras à entrada da câmara sepulcral”. O autor declara nada ter recolhido na exploração efectuada, com excepção de pedaços de carvão vegetal (que poderão ser mais recentes) e de fragmentos de quartzito, que não pormenoriza. A planta apresentada por LEISNER (1998, Tf. 10) que se reproduz na Fig. 5, não autoriza, porém, a aceitar a eventual presença de corredor (ou galeria, nas palavras de A. Girão), que provavelmente nunca existiu. A ser assim, trata-se-ia de dólmen de câmara simples, de modelo comum na região. MOITA (1966, p. 219) refere-o, porém sem nada acrescentar.

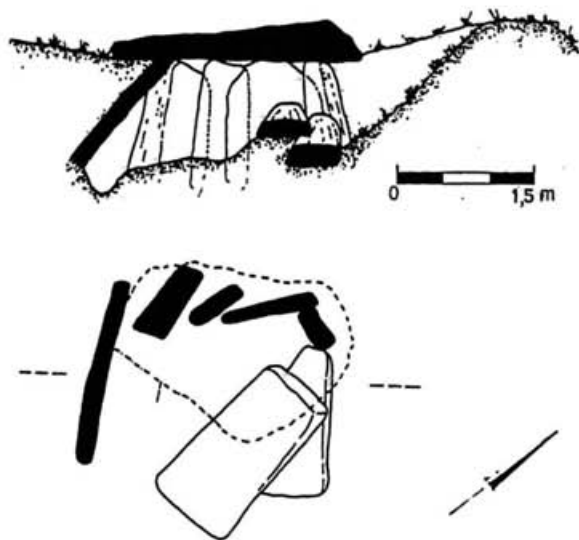


Fig. 5 – Anta do Ventoso ou Cova da Moura. Planta e alçado do Monumento, ainda quase totalmente enterrado na mamoa (seg. LEISNER, 1998, Tf. 10, modificado).



Fig. 6 – Anta do Ventoso ou Cova da Moura. Desenho artístico da parte visível, feito à pena (seg. GIRÃO, 1921, Fig. 6).

23 – Seixosa. É uma mamoa, de que pouco se conhece, referida por GIRÃO (1921, p. 55) nos seguintes termos: “Devemos ainda acrescentar uma mamoa violada no sítio denominado *Seixosa*, junto do Monte Lafão (...)”. Consta também do inventário publicado por MOITA (1966, p. 219), localizando-a LEISNER (1998, Karte I-14) na encosta ocidental da referida elevação, voltada para a povoação de Ventoso.

24 – Ponte de Ribamá. Também as referências a este monumento são muito escassas; segundo GIRÃO (1921, p. 55), situa-se “na encosta escarpada de Ribamá entre as povoações de Crescido e Vasconha”. A este monumento davam, na época em que o referido autor escreveu, o nome de *Mesa dos Ladrões*, sem dúvida resultante da existência da laje de cobertura, disposta na horizontal. Porém, de tal monumento, em 1921, já nada restava, a não ser a tradição, também referida por MOITA (1966, p. 219). LEISNER (1998, Karte I-14), que naturalmente não o viu, localiza-o na parte somital de relevo vigoroso, a Noroeste da povoação de Queirã, limitado do lado ocidental pela ribeira de Ribamá, perto da ponte da estrada que conduz a Queirã.

Aos monumentos sepulcrais pré-históricos inventariados no concelho de Vouzela até ao presente, haverá certamente que juntar os que não foram ainda identificados; dos conhecidos, muitos já não existem, como entre outros a anta do Monte Cavalo, outrora situada cerca de 3 km de Vouzela, referida por GIRÃO (1921, p. 55), enquanto que a quase totalidade dos que subsistem, carecem de adequada caracterização, que exigirá intervenções arqueológicas de maior ou menor amplitude.

Discussão e conclusões

A discussão das características dos monumentos megalíticos do concelho de Vouzela, dos respectivos espólios, bem como da sua distribuição no terreno, não pode ser dissociada da realidade observada à escala supra-regional.

A primeira tentativa para o conhecimento sistemático da distribuição dos dólmens no território português deve-se a J. Leite de Vasconcellos, que apresentou memória sobre o assunto ao Congrès International d'Archéologie de Roma (1912), intitulada "Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques d'après les donnés de la Toponymie" (VASCONCELLOS, 1912). Para o efeito, recorreu à compilação, de norte a sul do País, de topónimos indicadores da presença de monumentos megalíticos, como *anta*, *antas*, *antela*, *antinha*, *arca*, *arcainha*, *arcas*, *mama*, *mamaltar*, *mámoa*, *mamao*, *mamoinha*, *orca*, *pala*, *paradanta*, etc. Mais tarde, LEISNER (1938) apresentou carta da distribuição dos dólmens do Noroeste peninsular, actualizada, no concernente ao território português, por JORGE (1990). Infelizmente, tanto num como no outro caso, a área cartografada não ultrapassa o Douro.

O primeiro documento onde se apresentou a distribuição global dos monumentos megalíticos do actual território português deve-se a LEISNER & LEISNER (1956, Tf. 70). Por ele se verifica facilmente que a área do concelho de Vouzela se situa na periferia da importante mancha megalítica da bacia do médio Vouga, especialmente na margem esquerda, cujo núcleo coincide com parte do vizinho concelho de Oliveira de Frades. A mesma conclusão se pode extrair da carta elaborada por MOITA (1966), relativa à distribuição dos monumentos

megalíticos na Beira Alta. No que ao concelho de Vouzela diz respeito, verifica-se que a localização dos monumentos se faz em torno de áreas de topografia regular, correspondendo a plataformas ou rechãs mal drenadas, de solos ricos de água, implantando-se frequentemente os monumentos em pequenos cômodos delas destacados. Torna-se deste modo evidente que os monumentos não se distribuem no terreno de forma aleatória. Esta conclusão é consistente com a apresentada por SILVA (1994, p. 12), a propósito dos dólmenes da região centro/norte litoral, correspondente *grosso modo* aos distritos de Aveiro e parte do de Viseu, abrangendo, portanto, a área em estudo. Desde o litoral, até aos relevos culminantes da Gralheira e do Caramulo, verificou-se que 50% dos sepulcros se situavam nos patamares de 400-600 m, seuidos de perto pelos existentes entre os 600 e os 800 m, domínio onde se integra a área em apreço. As plataformas abaixo dos 400 m e até ao litoral eram as que exibiam menor densidade de monumentos dolménicos.

Quanto à micro-distribuição dos monumentos, é frequente observarem-se núcleos de dois ou três monumentos, a curta distância entre si, sendo mutuamente intervisíveis, configurando a situação de verdadeiras necrópoles megalíticas, presentes, com idênticas características, em outras regiões do País.

Assim sendo, os testemunhos tumulares megalíticos vouzelenses, na maior parte dos casos apenas indiciados pelas respectivas mamoas, por vezes ainda razoavelmente conservadas, embora denunciando quase sempre antigas violações, longe de se dissimularem na paisagem, constituem, ao contrário, verdadeiras referências topográficas, quer ocorram isoladas quer agrupadas, situação também válida para outras

regiões do País. SILVA (1994, p. 13), na análise a que procedeu dos monumentos deste tipo reconhecidos na região centro/norte litoral verificou que, independentemente da rechã ou patamar considerado, se observava “uma certa preocupação de destaque na paisagem (...)”, a qual só desapareceria com as mamoadas de pequenas dimensões, exactamente o verificado na área em estudo.

Estar-se-ia, com efeito, na situação descrita a Norte do Douro (JORGE, 1990, p. 36), segundo a qual os monumentos dolménicos “sont très probablement des marques territoriales de populations qui avaient une économie mixte, et une mobilité considérable. Ces populations ont du exploiter des espaces relativement vastes (...)”. Tratava-se de comunidades baseadas na exploração agro-pastoril da terra em crescente afirmação e especialização, na qual a delimitação de territórios seria necessária à própria estratégia de subsistência adoptada por cada uma delas. Estes monumentos constituiriam pois, ao menos nos casos de maiores dimensões, marcadores sagrados do espaço vital, habitado e explorado pelas correspondentes comunidades que os construíram e neles sepultavam os seus mortos.

Debruçando-nos agora sobre a tipologia arquitectónica dos três monumentos onde aquela foi identificada – Malhada do Cambarinho 1 e 2 e Anta do Ventoso – verifica-se que os dois primeiros correspondem a dólmenes de corredor, enquanto o último é atribuível a uma câmara simples. Infelizmente, não é possível, com apenas três monumentos, conhecer a frequência relativa dos diferentes tipos arquitectónicos presentes na região. Para a região mais vasta do centro/norte litoral, SILVA (1994)

verificou fraca presença das sepulturas de corredor, as quais só aumentam na franja oriental da referida área, mais próxima dos planaltos beirões.

Nos dois primeiros casos supra-referidos, aqueles onde foi possível determinar com precisão a orientação da entrada dos monumentos, verifica-se que aquela se abre para ESE, sendo coincidente com a predominante em monumentos congéneres do Sul da Beira Interior, concelho de Idanha-a-Nova, bem como nas antas do concelho de Reguengos de Monsaraz (LEISNER & LEISNER, 1951; GONÇALVES, 1992). Nesta última região, das 69 antas cuja orientação foi registada, 35 correspondem às dos dois monumentos vouzelenses, logo seguida das antas orientadas para SE (10 casos). Os resultados expostos são compatíveis com os observados nas regiões mais próximas da área em estudo. Assim, nos dólmenes do centro/norte litoral, abarcando o concelho de Vouzela, domina a orientação E-W (50%), logo seguida da orientação ESE-WNW e ENE-WSW, ambas correspondentes a 20% dos casos observados. O mesmo padrão foi observado na bacia do médio e alto Mondego, na região de Entre Douro e Minho e em Trás-os-Montes (SILVA, 1994, p. 17). O significado desta nítida dominância tem-se relacionado com as orientações azimutais do nascer do Sol, ao longo do ano. Os mortos depositados no interior destes monumentos, teriam, deste modo, a possibilidade de aceder de novo à Vida, crença aliás confirmada pela natureza das oferendas de carácter utilitário que os acompanhavam: machados e enxós, lâminas, pontas de seta, recipientes cerâmicos, etc., por vezes associadas a peças de índole ideotécnica, não raro relacionadas com o conceito de

Purificação das Almas, de Vida e de Renascimento. Neste contexto se poderá integrar a ocorrência frequente de cristais de quartzo hialino, como o recolhido no Monumento 1 da Malhada de Cambarinho, sem qualquer indício de transformação, frequentes em monumentos dolménicos do Centro e Norte de Portugal.

Infelizmente, no concernente ao espólio arqueológico, os monumentos de Vouzela são parques de informação. Tal fica a dever-se, por um lado, à provável escassez de oferendas e, por outro, à ausência de escavações recentes, susceptíveis de proporcionar a recuperação adequada dos materiais arqueológicos, especialmente dos de menores dimensões. Na verdade, é crível que as explorações levadas a cabo por A. de Amorim Girão, não tenham respeitado grandes cuidados, para já não falar nas violações anteriores, evidenciadas em numerosas mamoas.

O único dólmen de que se conhece espólio é o Monumento 1 da Malhada de Cambarinho (Fig. 7). A presença de pontas de seta de diversos tipos, de um trapézio e de lâminas e lamelas, retocadas ou não, é consistente com a arquitectura do monumento, de corredor longo, o qual, por ser tão desenvolvido, foi confundido com uma verdadeira galeria coberta: estar-se-ia, pois, já longe da tipologia dominante nos monumentos mais antigos conhecidos no Centro/Norte do País, desprovidos de corredor. Na serra da Aboboreira, Amarante, a tal fase precoce do fenómeno megalítico encontra-se representada por “dólmens simples, de câmara poligonal, provavelmente fechados e com tumulus de dimensões medianas” (CRUZ, 1992, p. 97). Do ponto de vista artefactual,

esta fase, situável entre 4500 e 3700 anos a. C., é caracterizada por conjuntos artefactuais de que não fazem parte as pontas de seta, mas apenas geométricos de diversa tipologia. Na Beira Alta, englobando portanto a área em apreço, a tal momento corresponde o chamado Horizonte de Carapito/Pramelas (SENNA-MARTINEZ, 1994), situável na 1.^a metade do IV milénio a. C. Uma data radiocarbónica de alta resolução, recentemente obtida para amostra carbonosa recolhida no chão da câmara do dólmen simples, desprovido de corredor, de Carapito I (concelho de Aguiar da Beira), escavado na década de 1960 (LEISNER & RIBEIRO, 1968), veio confirmar a alta antiguidade da fase inicial do megalitismo na região, correspondente a monumentos de câmara simples: para um intervalo de confiança de cerca de 95% de probabilidade, a construção e primeira utilização do referido dólmen situou-se entre 4031 e 3813 anos a. C. (CRUZ & VILAÇA, 1994). Uma vez mais, do conjunto artefactual recolhido estavam ausentes as pontas de seta, as quais surgem apenas no período cultural seguinte, o chamado Horizonte de Moinhos de Vento/Ameal (SENNA-MARTINEZ, 1994), já do Neolítico Final e Calcolítico. Também na região centro/norte litoral, os dólmens simples foram considerados anteriores dos providos de corredor, que surgem “em época não muito distanciada” (SILVA, 1994, p. 26). Com efeito, aquele autor notou, nos espólios dos monumentos com corredor, retracção das indústrias microlíticas, dominantes nos de câmara simples, a favor das pontas de seta, ainda que estas continuem a constituir uma pequena fracção da totalidade dos conjuntos líticos.

É ao referido período cultural que se deverá reportar a construção e utilização da necrópole dolménica do Cambarinho, a única para a qual se dispõe de elementos arquitectónicos e artefactuais suficientes para a respectiva integração. Em anos de calendário, tal significa um período entre a segunda metade do IV milénio a. C. e a segunda metade do milénio seguinte.

O grande tamanho dos monumentos do apogeu do megalitismo como os referidos pode, naturalmente, relacionar-se com o aumento demográfico das populações, crescentemente estabilizadas em torno de núcleos habitados cada vez maiores e mais estáveis, perdendo o carácter sazonal que anteriormente detinham, correspondendo, deste modo, à expressão do sucesso de uma economia agro-pastoril cada vez mais especializada. A verdade, porém, é que já em fase precoce do megalitismo regional se construíram dólmens de grandes dimensões – de que é exemplo o próprio dólmen de Carapito I – sendo, outrossim, conhecidos nas fases mais tardias e de declínio de tais manifestações, monumentos de pequenas dimensões. A tal propósito, JORGE (1990, p. 38) referiu que, na região de riba-Douro, dominam os dólmens de pequenas dimensões, frequentemente desprovidos de corredor mas de larga diacronia. Assim sendo, o polimorfismo observado em monumentos megalíticos, em numerosas regiões do nosso território, poderá ser explicado, tanto por opções diversas, tomadas deliberadamente em determinado momento, como pela sobreposição, num mesmo espaço, de monumentos construídos em épocas sucessivas, ou ainda pela conjugação das duas explicações anteriores, as quais não são, de modo nenhum, mutuamente exclusivas. São ainda de considerar as limitações

impostas pela natureza das matérias-primas disponíveis. Se na área de Vouzela, dominam os granitos, de onde se poderiam obter grandes esteios, susceptíveis de viabilizarem monumentos de assinaláveis dimensões, já o mesmo não se verifica nas zonas onde domina o xisto, como o sul da Beira Interior, concelho de Idanha-a-Nova (CARDOSO, CANINAS & HENRIQUES, 1997). A tipologia dos monumentos, porém, não pode ser confundida com o tamanho: uma anta de corredor pode possuir mais de 10 m de comprimento, ou não atingir os 3 m, sem deixar, em ambos os casos, de pertencer à mesma categoria tipológica.

Seja como for, o polimorfismo não invalida a atribuição, à fase de apogeu, dos dólmens de maiores dimensões e providos de corredor, como o autor citado acaba por aceitar (JORGE, 1992, p. 51) e é, aliás, susceptível de ser demonstrada em outras regiões do País. Para além da própria área em apreço (CRUZ, 1992; SENNA-MARTINEZ, 1994), a realidade da evolução da arquitectura megalítica, ainda que não linear, mas antes com larga sobreposição temporal dos diversos tipos de monumentos megalíticos, foi assinalada no Sul da Beira Interior (CARDOSO, CANINAS & HENRIQUES, 1997), no Alto Alentejo, região de Reguengos de Monsaraz (LEISNER & LEISNER, 1951; GONÇALVES, 1992), bem como no litoral do Baixo Alentejo (SILVA & SOARES, 1983): em todas estas regiões se detectaram evoluções arquitectónicas semelhantes, que as diferenças observadas ao nível dos espólios funerários confirmaram. Estaríamos, pois, na situação referida por GONÇALVES (1992, p. 173), segundo a qual o megalitismo

seria a expressão própria de grupos humanos em idêntico estágio de desenvolvimento.

Importa ainda referir as numerosas mamoaas de terra, com indícios sistemáticos de terem sido violadas – como indica a depressão central que ostentam – inventariadas no concelho de Vouzela. Tais monumentos, ainda que pouco ou nada espectaculares, quando comparados com os grandes dólmenes, nem por isso detêm menor interesse científico. Documentam outro tipo de sepulcros, providos ou não de pequenos dólmenes, ainda enterrados – questão que só novas escavações poderia ver esclarecida – talvez correspondentes a tumulações de elementos menos destacados no seio das comunidades respectivas. Nesta perspectiva, onde se encontra implícita a aceitação da coexistência entre monumentos tipologicamente diferentes, os grandes dólmenes destinar-se-iam às linhagens familiares de maior destaque ou prestígio, enquanto as pequenas mamoaas corresponderiam a tumulações individuais ou de reduzido número de indivíduos, de menor destaque social, com paralelos tanto a Norte como a Sul do Douro (JORGE, 1990; SILVA, 1995). Tais mamoaas podem cobrir dólmenes de pequenas dimensões, integrando-se nas chamadas sepulturas sub-megalíticas. Trata-se de estruturas funerárias consideradas mais tardias que os grandes dólmenes, ocorrendo tanto a Norte como a Sul do Douro e, designadamente na região do centro/norte litoral, onde foram atribuídas, “grosso modo”, ao Calcolítico (SILVA, 1994). Na citada região, correspondem a fase de transição para as pequenas mamoaas não megalíticas, que cobrem apenas pequenas cistas sub-rectangulares ou tão-só fossas sepulcrais, situando-se já no Bronze Inicial (SILVA,

1994). É provável que algumas das pequenas mamoadas da região vouzelense pertençam a esta fase última da megalitismo regional. Porém, uma vez mais, trata-se apenas de mera hipótese de trabalho, a confirmar em futuras escavações.

O grande dólmen da Malhada de Cambarinho, sem deixar de corresponder a sepultura colectiva, testemunha, na área concelhia, a crescente afirmação de elites, na transição do Neolítico Final para o Calcolítico, processo social que acompanhou a intensificação económica decorrente do aumento da capacidade produtiva e de transformação de bens de origem agro-pastoril. Com efeito, a mobilização das energias necessárias para a construção de um dólmen de grandes dimensões como o referido, requeria a existência de mão-de-obra numerosa e devidamente organizada, susceptível de ser mobilizada de forma coordenada para tal efeito. JORGE (1990, p. 471) admitiu que tais iniciativas espelhariam o início do processo de diferenciação social, então incrementado, de “desigualdade entre grupos (com emergência de alguns ligados aos túmulos mais imponentes) e desigualdade entre pessoas adentro do mesmo grupo”, que cremos poder ajustar-se à realidade observada localmente.

Por outro lado, o processo de intensificação económica aludido, permite compreender também a insistente ocorrência, em monumentos megalíticos da Beira Alta, de numerosos artefactos de sílex – como os referidos no supra-citado dólmen vouzelense – rocha inexistente nesta região granítica, certamente oriunda da orla calcária mesosóica, cuja terminação se verifica por alturas de Cantanhede – Anadia – Oliveira do Bairro, obtida por trocas comerciais com os excedentes da

produção local. A circulação comercial de tal matéria-prima seria efectuada ao vale do Vouga, que constituiria importante via natural de circulação de pessoas e bens, indispensáveis ao quotidiano das populações instaladas mais a montante, cujos excedentes suportariam o estabelecimento e manutenção, com carácter permanente, das referidas trocas comerciais. Tal realidade encontra-se intimamente associada à fixação das populações em povoados permanentes, no decurso do Neolítico Final e do Calcolítico, rentabilizando deste modo a própria exploração dos territórios, de forma cada vez mais aperfeiçoada e diversificada. As referências a alguns destes possíveis locais por GIRÃO (1921), como o monte Crasto, junto à povoação de Covas, e de outro, no Zibreiro, onde mencionou “vestígios de ter servido de reduto fortificado no período pré-histórico” (op. cit., p. 46), merecem ser investigadas. Caso sejam confirmados como locais de povoamento pré-histórico, estaríamos perante um quadro coerente, no qual os numerosos monumentos funerários neolíticos e calcolíticos, testemunho de intenso povoamento pré histórico da região, se compatibilizariam com os respectivos povoados, cujo padrão de dispersão no território se encontra quase totalmente por esclarecer na área concelhia. A este propósito, importa realçar a importância, recentemente documentada, tanto em Trás-os-Montes e Alto Douro (JORGE, 1994; SANCHES, 1997), como na Beira Alta (VALERA, 1997), de povoados, fortificados ou não, do Neolítico Final e Calcolítico, que reforçam a possibilidade de também um dia virem a ser confirmados no aro vouzelense.

E porque este é um contributo que decorre de meritória iniciativa da Câmara Municipal de Vouzela, não poderia

considerar-se terminado se não conduzisse a diversas recomendações, susceptíveis de orientarem futuros estudos arqueológicos no terreno. Tratando-se de região muito promissora a tal respeito, como tantas outras existentes no nosso País, o seu estudo, valorização, protecção dependerá grandemente da motivação do próprio Poder Autárquico, que se crê esclarecido e empenhado: a própria razão deste trabalho é disso prova bastante. Assim se criariam as conseqüentes mais valias – não apenas económicas – decorrentes do aproveitamento lúdico-cultural do rico Património Arqueológico concelhio, proporcionando, entre outros benefícios, a sua frequente utilização pela população em geral, a começar pela em idade escolar, o que sem dúvida contribuiria para que os jovens vouzelenses se sentissem mais ligados a um passado que é de todos nós, sem deixar de ser local, complementando a sua formação, com exemplos da sua terra.

O programa de trabalhos poderia contemplar, de forma sintética, os seguintes aspectos:

1 – reconhecimentos sistemáticos de terreno, tomando como ponto de partida os monumentos até ao presente assinalados pelos diversos autores, incluindo potenciais povoados pré-históricos. Assim se obteria uma apreciação concreta do estado de cada local, em termos das suas potencialidades arqueológicas;

2 – procura de novas ocorrências de interesse arqueológico, numa perspectiva diacrónica, do Paleolítico até à época moderna, tendo em vista a elaboração de uma carta arqueológica actualizada do território concelhio;

3 – estabelecimento de uma sequência de prioridades na investigação dos sítios arqueológicos, com base nos reconhecimentos previamente efectuados, tanto pela informação ainda potencialmente disponível em cada um deles, como pelo respectivo valor patrimonial, ou ainda tomando em consideração as ameaças a que eventualmente estejam sujeitos;

4 – protecção e valorização criteriosa dos monumentos e sítios – a começar pelos de carácter mais monumental – susceptíveis de mais facilmente serem incluídos em roteiros e circuitos turístico-culturais. Este objectivo deverá ser complementado com sinalização adequada, edição de monografias e de folhetos ou desdobráveis de grande tiragem e pela própria musealização e manutenção dos espaços arqueológicos mais relevantes. A propósito, já existe na região bom exemplo da recuperação de monumento megalítico compatível com aquela finalidade: trata-se do notável dólmen de Antelas, do vizinho concelho de Oliveira de Frades, objecto de recente recuperação, tendo em vista a sua adequada fruição pública;

5 – enfim, as acções supra referidas teriam o seu corolário natural na organização periódica de ciclos de conferências ou exposições, que eventualmente levassem à constituição de unidade museológica especializada, na dependência da autarquia, em função do interesse suscitado junto da população local. Tal unidade, integrar-se-ia no Museu Municipal, de características poli-nucleadas, no qual o passado da ocupação humana do actual território vouzelense, nas suas múltiplas facetas, estaria devidamente apresentado, servindo deste modo como importante elemento formador, dando resposta às necessidades de uma população desejavelmente cada vez melhor preparada

do ponto de vista cívico e cultural e, por isso mesmo, mais exigente.

BIBLIOGRAFIA

BARATA, J. P. Martins (1965) – O menir da Meada. *Ethnos*, Lisboa, 4, pp. 139-140.

CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C.; & HENRIQUES, F. (1997) – Contributos para o conhecimento do megalitismo na Beira Interior (Portugal): a região do Tejo Internacional. *Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular* (Zamora, 1996), 2, pp. 207-215.

CARVALHO, P. Sobral; GOMES, L. F. Coutinho & COIMBRA, A. M. Metelo (1993) – Casa da Orca da Malhada de Cambarinho (Vouzela, distrito de Viseu). *Estudos Pré-Históricos*, 1, Viseu, pp. 97-102.

CASTRO, L. de Albuquerque; FERREIRA, O. da Veiga & VIANA, A. (1957) – Acerca dos monumentos dolménicos da bacia do Vouga. *Actas do XXIII Congresso Luso-Espanhol* (Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências) – 7^a. Secção – Ciências Históricas e Filológicas (Coimbra, 1956), Coimbra, pp. 471-481.

CRUZ, D. J. da (1992) – *A mamoa 1 de Chã de Carvalhal (Serra da Aboboreira)*. Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Coimbra, 168 p.

CRUZ, D. J. da (1995) – Dólmen de Antelas (Pinheiro de Lafões, Oliveira de Frades, Viseu). Um sepulcro-templo do Neolítico Final. *Estudos Pré-Históricos*, Viseu, 3, pp. 263-264.

CRUZ, D. & VILAÇA, R. (1994) – O dólmen 1 do Carapito (Aguiar da Beira, Guarda): novas datações de Carbono 14. *Estudos Pré-Históricos*, Viseu, 4, pp. 63-68.

- GIRÃO, A. de Amorim (1921) – *Antiguidades pré-históricas de Lafões. Contribuição para o estudo da Arqueologia em Portugal*. Memórias e Notícias, Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra, 2, separata de 68 p.
- GONÇALVES, V. dos Santos (1992) – *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica (Cadernos da UNIARQ, 2), 288 p.
- JORGE, V. Oliveira (1977) – Menhirs du Portugal. In *Architecture Megalithique. Colloque 150 Anniversaire Soc. Polymathique du Morbihan*. Vannes.
- JORGE, V. Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal. O distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*. Porto, Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento policopiada (2 vols.).
- JORGE, V. Oliveira (1990) – Les monuments mégalithiques du Nord du Portugal. In *Probleme der Megalithgraberforschung. Vortrage zum 100. Geburtstag von Vera Leisner*. Madrider Forschungen, 16, pp. 35-52.
- JORGE, V. Oliveira (1992) – As mamóias funerárias do Norte de Portugal (do Neolítico à Idade do Bronze Antigo) como indicadores de uma progressiva complexidade social: esboço preliminar da questão. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, S. II, 9, pp. 463-480.
- JORGE, S. Oliveira (1994) – Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, S. II, 11, pp. 447-546.
- LEISNER, G. K. (1938) – *Verbreitung und typologie der Galiwisch-Nordportugiesischen Megalithgraber*. Marburg, Phillips-Universität zu Marburg, 103 p.

- LEISNER, V. (1998) – Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel. Der Westen. Band 1.4. Lieferung. Berlin/New York, Walter de Gruyter, 162 p.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 326 p.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1956) – *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Madrider Forschungen Band I. Berlin, Walter de Gruyter & Co., 122 p.
- LEISNER, V. & RIBEIRO, L. (1968) – Die dolmen von Carapito. *Madrider Mitteilungen*, 9, pp. 11-62.
- MOITA, I. (1966) – Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta. *Ethnos*, Lisboa, 5, pp. 189-277.
- SANCHES, M. J. (1997) – *Pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro* (2 vols.). Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- SANTOS, M. Farinha dos (1972) – *Pré-história de Portugal*. Lisboa, Verbo, 174 p.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (1994) – Megalitismo, habitat e sociedades: a bacia do Médio e Alto Mondego no conjunto da Beira Alta (c. 5200-3000 BP). *Estudos Pré-Históricos*, Viseu, 2, pp. 15-29.
- SILVA, F. A. P. da (1994) – Túmulos do Centro-Norte litoral. Prolegómenos a uma periodização. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, Lisboa, Colibri, 2, pp. 9-33.
- SILVA, E. J. L. da (1995) – Megalitismo da bacia do Douro (margem sul). *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 5, pp. 35-46.
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1983) – Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo litoral. A sepultura de

Marco Branco (Santiago do Cacém). *O Arqueólogo Português*, Lisboa, S. IV, 1, pp. 63-87.

VALERA, A. C. (1997) – *O castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda): aspectos da calcolitização da bacia do Alto Mondego*. Textos monográficos, 1, Lisboa, Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego – EAM, 192 p.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1912) – Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques d'après les données de la toponymie. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 17, pp. 255-265.

VICENTE, E. Prescott & MARTINS, A. S. (1979) – Menires de Portugal. *Ethnos*, Lisboa, 8, pp. 107-138.

ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da Veiga; SOUSA, H. R. de; NORTH, C. T. & LEITÃO, M. (1977) – Nouvelles découvertes de cromlechs et de menhirs au Portugal. *Comunic. Serv. Geol. Portugal*, Lisboa, 61, pp. 63-73.